



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

REPRESENTAÇÃO DISCIPLINAR Nº 24339/2011 – SÃO LUIS

Relator : Desembargador Jamil de Miranda Gedeon Neto
Representante : Edgar Silva Ribeiro
Representada : Desembargadora Nelma Celeste Souza Silva Sarney Costa

RELATÓRIO

Edgar Silva Ribeiro, brasileiro, casado, portador do RG nº 81935997-1/SEJUSP-MA e do CPF nº 255.167.603-72, residente e domiciliado nesta Capital, formulou a presente representação contra a Desembargadora Nelma Celeste Souza Silva Sarney Costa, integrante deste Tribunal, pedindo providências objetivando a instauração de procedimento investigatório disciplinar para aplicação das sanções cabíveis, em razão dos fatos que lhe atribui.

Alega o representante, em suma, que a Sra. Glorismar Rosa Venâncio, mais conhecida como Bia Venâncio, Prefeita do Município de Paço do Lumiar, que responde a vários processos por improbidade administrativa, atuou nas eleições de 2010 em apoio às candidaturas de Edilázio Júnior e Sarney Filho, genro e sobrinho, respectivamente, da Desembargadora representada.

Em 12.08.2010, a Juíza da Comarca de Paço do Lumiar, ao apreciar os autos da Ação Civil por Ato de Improbidade Administrativa nº 625/2010, deferiu liminar determinando o afastamento da Prefeita Bia Venâncio do cargo, tendo esta, inconformada com a decisão, interposto o recurso de agravo de instrumento nº 27983/2010, o qual foi distribuído para a Desembargadora representada que, ao despachá-lo, deu-se por suspeita e determinou a redistribuição dos autos.

Ocorre que, surpreendentemente, nove dias depois, a representada voltou a atuar no processo, tornando sem efeito o despacho através do qual havia se declarado suspeita, deixando para apreciar o pedido de atribuição de efeito suspensivo após a manifestação do agravado e as informações do Juiz.

Acrescenta que, de posse das informações, a Desembargadora Nelma, atendendo ao pedido de sua amiga Bia Venâncio e pagando o favor político referente à ajuda por esta dada na eleição de Edilázio Júnior e Sarney Filho, deferiu a atribuição de efeito suspensivo ao agravo de instrumento, e, ao ser posto em julgamento esse recurso, a Desembargadora votou por seu provimento, como era de se esperar de

40

um magistrado parcial, seguida pelo Desembargador Raimundo Cutrim, sendo o julgamento adiado em razão de pedido de vista do Desembargador Marcelo Carvalho Silva.

Diz ainda o representante que a atitude da representada demonstra conduta incompatível com os preceitos éticos, ferindo os princípios da imparcialidade, da transparência, da prudência, da dignidade, da honra e do decoro, sendo certo que um magistrado, ao declarar sua suspeição no processo, não pode nele voltar a praticar atos, sob pena de nulidade.

Aduz, por último, que também dirigiu idêntico pedido de providências ao CNJ, requerendo o afastamento liminar da representada.

Em suas informações, sustenta a Desembargadora Nelma que os fatos alegados pelo representante não são verdadeiros e que os mesmos têm origem no inconformismo de um grupo político que sempre esteve ao lado da Prefeita Municipal e de sua família, que por décadas estão inseridas no quadro administrativo daquela localidade, sendo que os manifestantes veiculados no panfleto confeccionado pelo Movimento S.O.S. Paço do Lumiar foram identificados como ex-funcionários da Prefeitura de Paço do Lumiar e correligionários do atual Vice-Prefeito Municipal que está rompido com a Prefeita Bia Venâncio.

Assevera que a reclamação se dá na tentativa de politizar as decisões de cunho eminentemente jurídico, cujos desfechos já ocorreram em outros recursos, quando também houve manifestações políticas em frente deste Tribunal, sempre no intento de coagir Magistrados a esquecer os direitos e garantias dos cidadãos, dentre eles os ocupantes de cargos públicos, para satisfazer suas vontades pessoais.

Quanto aos autos do agravo de instrumento em destaque, esclarece que, ao despachar com a sua assessoria no dia 22.10.2010, sexta feira, equivocadamente assinou o despacho declarando a sua suspeição. Ocorre que esse despacho, em verdade, não correspondia àqueles autos, e sim, aos autos dos agravos de instrumento n.ºs. 7641/2010 e 10.586/2010, que também eram de sua relatoria, nos quais é parte o Prefeito de Lago Verde, Sr. Raimundo Almeida, com o qual está litigando nas esferas cível e criminal, em razão de veiculação de matéria jornalística por parte desse gestor contra a pessoa da ora representada.

Entretanto, quase que por ato contínuo, constatou o equívoco de sua assessoria jurídica em relação àquele despacho de suspeição e o tornou sem efeito, requisitando na oportunidade informações ao magistrado *a quo* e a oitiva da Procuradoria de Justiça, para posterior apreciação do pedido liminar, que foi concedido.

Esclarece ainda que, ao ser julgado o mérito do referido agravo de instrumento, proferiu voto pelo conhecimento e provimento do recurso, considerando que a Prefeita recorrente assinou Termo de Ajustamento de Conduta com a Justiça do Trabalho, já tendo inclusive realizado concurso público e nomeado os aprovados e o parecer da douta Procuradoria de Justiça, sendo acompanhada pelo Des. Raimundo Freire Cutrim, tendo, por conta de manifestantes invadirem a sessão, o Des. Marcelo Carvalho pedido vista dos autos.

Ressalta a Desembargadora Nelma que nunca manteve nem mantém relacionamento de amizade com a Prefeita Bia Venâncio e isso é tão verdadeiro que, durante o tempo que exerce a atividade judicante, tanto como magistrada de primeiro grau quanto como membro deste Tribunal, por várias oportunidades já proferiu decisões contra a pessoa da referida Prefeita e a Prefeitura Municipal de Paço do

Lumiar, como foi o caso do um decreto de prisão temporária que contra ela assinou há mais de dez anos, quando era Juíza da Central de Inquéritos da Capital, e da decisão que proferiu neste Tribunal, como Relatora, nos autos do agravo de instrumento nº 7539/2010, interposto pela Câmara de Vereadores de Paço do Lumiar contra a Prefeitura Municipal de Paço do Lumiar.

Informa, finalmente, que em nenhum momento o representante e seus companheiros ingressaram com qualquer pedido ou recurso para alegar a sua suspeição para atuar “neste ou em qualquer outro feito” e que sempre exerceu suas funções como respeito à Lei Orgânica da Magistratura e aos ditames constitucionais, impondo-se o arquivamento do vertente procedimento administrativo ou a sua total improcedência.

A Desembargadora Nelma anexou às suas informações os documentos de fls., dentre os quais se destacam a decisão datada de 07.09.2011, proferida pela Excelentíssima Senhora Ministra Eliana Calmon Alves, Corregedora Nacional de Justiça, nos autos da Reclamação Disciplinar nº 0004727-46.2011.2.00.0000, ali instaurada para apuração dos mesmos fatos, e as informações que prestou para instruir a referida reclamação.

É o relatório.

São Luis/MA, 29 de setembro de 2011.


Desembargador JAMIL DE MIRANDA GEDEON NETO
Presidente e Relator